



MODELO DE POLÍCIA E PAUTA SALARIAL À LUZ DAS NECESSIDADES DA BASE



SINPOL-PE discute valorização salarial e funcional dos Policiais Civis em Assembleia Geral e protocola pauta na Secretaria de Administração

PAG. 02



1º Congresso de Base dos Policiais Civis de Pernambuco debate a rotina de trabalho e constrói pauta de reivindicação funcional e salarial

PAG. 04

Vitória do Jurídico do SINPOL: mantida licença para trato de interesse particular de Policial Civil, tendo sido suspensa a validade do art. 3º do decreto estadual nº 54.963/2023 para o mesmo!

PAG. 06



EDITORIAL

Rafael Cavalcanti
Presidente

Mais um ano e uma nova etapa de nossa luta se iniciam, dessa vez com um novo Governo e com demandas antigas e urgentes a serem solucionadas. Sabemos da necessidade de valorização e, por isso, fazemos a defesa intransigente das nossas questões, sendo firmes no nosso propósito, mas buscando construir as coisas com o máximo de diálogo possível, porque no fim das contas, o que interessa não é a forma de como vamos obter a valorização, mas de como ela chega mais rapidamente a toda categoria. Isso nós estamos plantando, e buscando muita articulação com o Governo Raquel Lyra e com a Assembleia Legislativa, preparando a

base, porque o momento agora não é de outra coisa a não ser de união de toda a categoria. Sabemos que independentemente do Governo, nossa situação sempre é difícil, pois nada nunca vem fácil para nós, por isso precisa ter muita luta e comprometimento da classe e união da maioria. Mas essa luta ela não pode ser desordenada, nem de forma desorganizada, e nem pode queimar etapas com radicalismos que só beneficiem indivíduos, e não o coletivo. Estamos buscando com muita seriedade e não iremos desvirtuar um milímetro do nosso compromisso com a categoria e com a tranquilidade com que tratamos suas questões. A nossa valorização é mais do que justa. A gente sabe o quão a nossa condição, em especial dos Policiais Civis de Pernambuco, é difícil funcional, estrutural e salarialmente. Mas, estamos vindo ao longo da história, desde que esse grupo assumiu o sindicato, em avanços consistentes. Embora com todas as dificuldades, Pernambuco vai sendo vanguarda na luta, na luta coordenada e estratégica e nos avanços, embora eles ainda estejam muito insuficientes diante de todo o fosso em que a categoria foi deixada nas últimas décadas. Mas, acreditamos sim, que é possível, e estamos dando o nosso máximo para fazer a maior campanha salarial da história.

SINPOL-PE discute valorização salarial e funcional dos Policiais Civis em Assembleia Geral e protocola pauta na Secretaria de Administração

Após a Assembleia Geral realizada no último dia 19/04, convocada para a apresentação e apreciação da pauta da categoria que foi discutida no 1º Congresso de Base dos Policiais Civis de Pernambuco, o SINPOL-PE protocolou na Secretaria de Administração e encaminhou diretamente para a Governadora, Raquel Lyra, as reivindicações aprovadas pela categoria.

O Sindicato busca agora dialogar com Governo para que, além de resolver os problemas relacionados à Segurança Pública no Estado, as pautas salarial e funcional da categoria sejam atendidas.

Além dos pontos aprovados, foram absorvidos outros três que foram levantados na Assembleia. O primeiro deles é a Construção e ativação de uma casa de detenção provisória para os Policiais Civis. Outro, é que o PJES passe a ser pago como hora-extra. Por fim, que os Policiais Civis fiquem fora de qualquer possível Reforma da Previdência.

De acordo com o presidente do SINPOL-PE, Rafael Cavalcanti, é fundamental construir uma carreira que seja atrativa para a chegada e a permanência dos ótimos profissionais que temos na PCPE. “A pauta aprovada



contempla a amplitude das necessidades da classe. Envolvem os direitos da nossa categoria, nossos entraves funcionais, nossos interesses e demonstra que valorização não é só apenas obter avanços financeiros. É também construir uma carreira que seja atrativa, que respeite as funções que são exercidas de fato e que tenhamos direitos suficientes que estejam à altura correspondente à função primordial da base da Polícia Civil na sociedade pernambucana, para que possamos atender melhor o povo. Esse é o norte da nossa pauta”, afirma.

Veja o documento com a pauta protocolado abaixo.

VEJA O QUADRO ABAIXO

Vejam as propostas que foram deliberadas pelo 1º Congresso de Base dos Policiais Cívis, apresentadas para apreciação da Categoria na Assembleia Geral e encaminhadas ao Governo

PAUTA FUNCIONAL

- Publicização e encaminhamento à Alepe do projeto de Lei Orgânica Estadual da Polícia Civil;
- Criação de um espaço institucional especializado para acolhimento da Policial Civil mulher vítima de violência doméstica, familiar e/ou de assédios;
- Implementação de um programa, com a devida interiorização, de cuidado com a saúde mental do Policial Civil com um recorte especializado e diferenciado para acolhimento da Policial Civil mulher;
- Assento com direito a voto na Administração do Funrepol;
- Reconhecimento da base como carreiras técnico-científica;
- Criação de especializações e pós-graduações em Segurança Pública para capacitação, via Universidade de Pernambuco;
- Concurso urgente, com a criação de uma periodicidade de contratação de pessoal;
- Criação da detenção provisória para Policiais Cívis;
- Pagamento do PJES como constitucionalmente é previsto, como horas-extras;
- Não inclusão dos Policiais Cívis em qualquer reforma ou adaptação das regras previdenciárias estadual;
- Renovação do contrato de designados dos Policiais Cívis Aposentados, com a devida majoração na idade e no valor percebido;

PAUTA SALARIAL

- Reenquadramento amplo, geral e irrestrito para todos os Policiais Cívis, inclusive os servidores aposentados ou em estágio probatório;
 - Enquadramento dos Policiais Cívis aposentados em último nível antes da implementação do PCCV, no QPC IV - 360h, incluindo-se também todos os que foram aposentados por invalidez;
 - A (o) pensionista do Policial Civil morto em serviço ou em serviço ou em decorrência dele, ser enquadrado na última classe, última faixa, com 360h (QPC IV 360h);
- Alteração do salário inicial para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme tabela em anexo;
- Alteração do salário final para, aproximadamente R\$ 17.300,00 (70% do salário de delegado em 2º nível), conforme tabela em anexo;
- Diminuição de 01 (uma) faixa (letra) em cada nível do PCCV, perfazendo um total de 16 (dezesesseis), sendo 04 (quatro) por nível, conforme tabela em anexo;
- Adicional de transporte igual aos delegados;
- Manutenção de Integralidade e Paridade à categoria;
- Manutenção do gatilho para os Policiais que ultrapassarem o probatório serem alçados para o nível II, faixa "A".

GRADE DE REMUNERAÇÃO (SUBSÍDIO) DOS CARGOS DE AGENTE DE POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL, AGENTE DE PERÍCIA MÉDICO LEGAL, PERITO PAPILOSCOPISTA, OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÃO.

GRADE DE REMUNERAÇÃO (SUBSÍDIO) DOS CARGOS DE AGENTE DE POLÍCIA, ESCRIVÃO DE POLÍCIA, AGENTE DE PERÍCIA CRIMINAL, AGENTE DE PERÍCIA MÉDICO LEGAL, PERITO PAPILOSCOPISTA, OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÃO				
NÍVEIS DE FORMAÇÃO ou QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	SÉRIE DE CLASSES			
Curso Especialização 360 horas	R\$ 7.350,25	R\$ 7.717,76	R\$ 8.103,65	R\$ 8.508,83
Curso Especialização 240 horas	R\$ 6.869,40	R\$ 7.212,87	R\$ 7.573,51	R\$ 7.952,19
Curso Especialização 160 horas	R\$ 6.420,00	R\$ 6.741,00	R\$ 7.078,05	R\$ 7.431,95
Nível Superior Completo	R\$ 6.000,00	R\$ 6.300,00	R\$ 6.615,00	R\$ 6.945,75
FAIXAS SALARIAIS	a	b	c	d
NÍVEIS DE FORMAÇÃO ou QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	SÉRIE DE CLASSES			
Curso Especialização 360 horas	R\$ 9.581,47	R\$ 10.060,54	R\$ 10.563,57	R\$ 11.091,75
Curso Especialização 240 horas	R\$ 8.830,85	R\$ 9.272,39	R\$ 9.736,01	R\$ 10.222,81
Curso Especialização 160 horas	R\$ 8.139,03	R\$ 8.545,98	R\$ 8.973,28	R\$ 9.421,94
Nível Superior Completo	R\$ 7.501,41	R\$ 7.876,48	R\$ 8.270,30	R\$ 8.683,82
FAIXAS SALARIAIS	a	b	c	d
NÍVEIS DE FORMAÇÃO ou QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	SÉRIE DE CLASSES			
Curso Especialização 360 horas	R\$ 11.979,09	R\$ 12.578,04	R\$ 13.206,94	R\$ 13.867,29
Curso Especialização 240 horas	R\$ 11.040,63	R\$ 11.592,67	R\$ 12.172,30	R\$ 12.780,91
Curso Especialização 160 horas	R\$ 10.175,70	R\$ 10.684,48	R\$ 11.218,71	R\$ 11.779,64
Nível Superior Completo	R\$ 9.378,53	R\$ 9.847,45	R\$ 10.339,82	R\$ 10.856,82
FAIXAS SALARIAIS	a	b	c	d
NÍVEIS DE FORMAÇÃO ou QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	SÉRIE DE CLASSES			
Curso Especialização 360 horas	R\$ 14.976,68	R\$ 15.725,51	R\$ 16.511,78	R\$ 17.337,37
Curso Especialização 240 horas	R\$ 13.803,39	R\$ 14.493,56	R\$ 15.218,23	R\$ 15.979,15
Curso Especialização 160 horas	R\$ 12.722,02	R\$ 13.358,12	R\$ 14.026,02	R\$ 14.727,32
Nível Superior Completo	R\$ 11.725,36	R\$ 12.311,63	R\$ 12.927,21	R\$ 13.573,57
FAIXAS SALARIAIS	a	b	c	d

Subsídio	6000,00
Percentual entre Faixas	5,00%
Percentual entre Classes Salariais	8,00%
Percentual de Nível de Qualificação	8,50%

Gympass

GYMPASS é mais uma parceria de sucesso do SINPOL-PE

O Gympass é uma parceria do SINPOL-PE que deu muito certo. Essa plataforma de Bem-Estar corporativo, que possui a mais completa rede de academias, estúdios e apps voltados à saúde física, mental, alimentar, financeira, além de centenas de atividades.

Com o cadastro feito e os planos efetivados, os sócios do SINPOL podem incluir até três dependentes, os quais são cadastrados pelo próprio titular, via aplicativo Gympass. No aplicativo, são disponibilizados os valores de livre escolha pelo usuário, que vai efetivar a compra do seu plano, cadastrando o cartão de crédito dentro do app. Só é possível incluir os dependentes legais (esposa e filhos).

De acordo com o Presidente do Sindicato dos Policiais Cívis de Pernambuco, SINPOL-PE, Rafael Cavalcanti, os estímulos às atividades físicas são fundamentais para os profissionais de Segurança Pública. A falta de eficácia no desempenho do exercício profissional deixa os Policiais e a população em geral a parados em potencial.



1º Congresso de Base dos Policiais Cívicos de Pernambuco debate a rotina de trabalho e constrói pauta de reivindicação funcional e salarial

O Sindicato dos Policiais Cívicos de Pernambuco (SINPOL-PE) realizou entre os dias 14 e 16 de abril, na cidade de Caruaru, o 1º Congresso de Base da categoria. O evento aconteceu no Caruaru Palace Hotel e contou com representantes das seccionais e departamentos de todas as regiões do estado, além de nomes como os de Maurício Rands, Denise Lócio, Roberto Darós Adriano Bandeira, Márcio Roberto, Cristina Tavares, Sílvia Mônica e a diretora do DIEESE, Jaqueline Natal, como palestrantes.

Ao longo dos trabalhos, foram realizados intensos debates e a subsequente construção de ideias em torno de novas formas de atuação na luta sindical contemporânea, processo que foi extremamente positivo para a atual e todas as outras campanhas salariais que virão. Além disso, a partir do que foi debatido no Congresso, o SINPOL-PE construiu uma pauta amplamente debatida e avaliada pela categoria em Assembleia Geral. Aprovadas quase que por unanimidade, nossas reivindicações já foram encaminhadas ao Governo do Estado.

Na primeira noite de debates, a mesa foi composta pelas Comissárias de Polícia, Cristina Tavares e Sílvia Mônica, a Escrivã de Polícia, Denise Lócio e a diretora do SINPOL-PE, Jaciara Maciel. Em pauta, o desafio de ser mulher Policial. Além de contar sobre as suas experiências no exercício da profissão, as palestrantes abordaram a história da mulher na Polícia Civil, qualidade de vida e as conquistas alcançadas.

Na manhã do segundo dia, o advogado e Policial Federal aposentado, Prof. Roberto Darós, palestrou sobre o Modelo de Polícia Judiciária: Novos Parâmetros para o Melhor Funcionamento/Resultado das Investigações. O professor abordou a reestruturação e modernização da Segurança Pública; o atual cenário da segurança no Brasil e como a

população está exposta à violência urbana diária.

Durante a tarde, foi a vez do Comissário de Polícia Civil, Márcio Roberto, que palestrou sobre o papel da base na reestruturação da PCPE, abordando pontos fundamentais para a categoria como o Funrepol e a necessidade de uma maior autonomia para que a base da PCPE realize procedimentos simples, como a redação de um ofício, etc. Logo após, foi a vez do presidente da Cobrapol, Adriano Bandeira, palestrar sobre a Ressignificação das Ferramentas de Luta Sindical. Bandeira trouxe um panorama da atuação da Cobrapol no judiciário e as principais lutas por melhorias em âmbito nacional, dentre elas: aprovação da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cívicas; piso salarial Nacional para os profissionais dos órgãos de Segurança Pública; e um programa de segurança permanente.

Já no domingo, o advogado, Maurício Rands, abordou as mudanças nos paradigmas científicos. Ele falou sobre dois fenômenos contemporâneos do ambiente tecnológico: fake news - a desinformação que mina as instituições da realidade objetiva; e a cultura do cancelamento que impõe a intolerância. Em seguida, Jaqueline Natal, supervisora técnica do DIEESE em Pernambuco, trouxe o contexto da campanha salarial, conjuntura econômica e parâmetros de uma negociação científica.

Ao final do Congresso, o Presidente do SINPOL-PE, Rafael Cavalcanti, apresentou a pauta funcional e salarial que foi deliberada e aprovada com os pontos fundamentais para a categoria. “O Congresso foi uma boa oportunidade de levar a diretoria do Sinpol à base e levar a base ao seu devido lugar de protagonismo na condução do sindicato que os representa. Esse é o caminho para alcançarmos todos os nossos objetivos, de maneira coesa e sustentável”, avalia Rafael.



Assédio moral no ambiente de trabalho dos Policiais Civis: SINPOL-PE alerta para uma realidade preocupante e suas consequências

O assédio moral é um tema que tem sido cada vez mais discutido nos ambientes de trabalho, seja no setor privado ou público. Para os Policiais Civis de Pernambuco, infelizmente, essa também é uma realidade marcante. O pior, é que além de terem que enfrentar situações de estresse e pressão constante em decorrência de suas atividades, esse tipo de abuso é extremamente presente na lógica estrutural da PCPE.

As consequências desse cenário são graves, tanto do ponto de vista humano, quanto profissional, incidindo no alto índice de problemas psicológicos e quadros de ansiedade, que consequentemente geram prejuízo na qualidade dos serviços prestados, com afastamentos e desmotivação dos servidores. Por isso, é importante que os órgãos competentes desenvolvam políticas claras de combate ao assédio moral e garantam um ambiente de trabalho saudável e respeitoso aos Policiais Civis.

Além disso, é fundamental que o Estado garanta atenção médica e psicológica à categoria, para dirimir o acúmulo de fatores estressores no exercício da função policial. Vale ressaltar que, nesse sentido, o SINPOL-PE dispõe de uma rede que busca acolher o Policial Civil oferecendo atendimento psicológico, psiquiátrico, jurídico, orientação administrativa e sessão de acupuntura ou auriculoterapia.

Como identificar o assédio moral com adoção de mais de dois elementos do mesmo tempo:



- Pedidos reiterados sem o devido tempo razoável
- Cobranças constrangedoras
- Ter que refazer sequencialmente documentos quando por questões irrelevantes
- Ter chefes ausentes nas atividades diárias
- Chefes plantonistas dormindo e/ou em outra atividade enquanto a base lava procedimento
- Constranger a produção de relatório e/ou assinatura eletrônica
- Exigir metas quando o computador, internet e/ou sistema não funcionam
- Cobranças de fardamento sem a contra partida do Estado
- Comentários degradante à surdina com outros colegas

Como provar o assédio moral



- Fazer um diário com data e hora, foto e testemunhas, se possível juntar documentos do momento da confecção em que estava sendo assediado. Anotar também outros servidores que passaram pela mesma situação.
- Se possível vídeo e/ou áudio.



Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco

EXPEDIENTE

Presidente: Rafael Cavalcanti
Vice-presidente: Marsal Sobreira
Secretário Geral: Deivison Soares
1º Secretário Geral: Márcio Hortêncio
Diretor Financeiro: Tiago Batista
Diretor Fincanceiro Substituto: George Antônio
Diretor Jurídico: Aderson Ribeiro
Diretor de Planejamento: Benoni Ozório
Diretor de Planejamento Substituto: Silvio Augusto
Diretora de Imprensa e Divulgação: Gabriela Feitosa
Diretor de Assistência Social: Mauro Falcão
Diretor de Assistência Social Substituto: Washington Wagner
Diretor de Formação Sindical: Márcio Roberto
Diretor de Formação Sindical Substituto: Rodrigo Belchior
Diretor dos Aposentados: Raimundo Pereira
Diretor de Cultura e Esportes: Carlos Eduardo (Matuto)
Diretor de Cultura e Esportes Substituto: Emanuel Helton
Conselheiros Fiscais: Derivaldo Barros, Wesleyne Holanda e José Alberto
Conselheiros Fiscais Substitutos: Marney Moraes e Jaciara Maciel

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Fernando Fagundes (DRT 2987 PE)

TEXTOS E REVISÃO

ABBC Comunicação

DIAGRAMAÇÃO

Tiago Melo



Uma publicação do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco
 Janeiro de 2023 | Jornal de 2023



SINPOL-PE

Rua Frei Cassimiro, 179 - Santo Amaro
 CEP 50100-260 - Recife - Pernambuco
 (81) 3423.2248 | (81) 3423.9174
www.sinpol-pe.com.br

Vitória do Jurídico do SINPOL: mantida licença para trato de interesse particular de Policial Civil, tendo sido suspensa a validade do art. 3º do decreto estadual nº 54.963/2023 para o mesmo!

Aum associado do SINPOL foi concedida licença para trato de interesse particular a partir de fevereiro de 2022. Nesse período, organizou toda a sua vida familiar, tendo inclusive constituído matrimônio e ingressado em curso superior. Também durante a referida licença, nasceu seu filho. Ou seja, o mesmo vinha organizando completamente sua vida familiar, destacando que sem às expensas do Estado de Pernambuco, destacando que a referida licença preencheu todos os requisitos legais para a sua concessão.

Ocorre que em 02 de janeiro de 2023 sobreveio o Decreto Estadual nº 54.393 que, dentre outras medidas, revogou e suspendeu a concessão e o gozo de licenças para interesse de trato particular para todos os servidores públicos estaduais (art. 3º).

O caráter sumário, imperativo e genérico da medida causaria grave desarranjo familiar ao associado, que então acionou o Jurídico do SINPOL para a manutenção de seu direito, qual seja a manutenção da licença para trato de interesse particular em gozo e legalmente concedida ao mesmo.

Impetrado mandado de segurança confeccionado pelo Departamento Jurídico do SINPOL, foi concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ao associado liminar suspendendo os efeitos do art. 3º do Decreto Estadual nº 54.393 para a sua situação, reconhecendo a ilegalidade do referido dispositivo, uma vez que utiliza-se de motivação genérica para suspender direito líquido e certo do mesmo de manter-se na licença concedida, senão vejamos trecho da decisão:

“(…)Por fim, importa novamente assinalar que não obstante caracterize ato tipicamente discricionário, uma vez concedida pela Administração a licença para trato de interesse particular, sua revogação, sob pena de retirar-lhe a



eficácia administrativa e a sua juridicidade, necessita de motivação para ser válida, mormente diante da possibilidade de prejuízo pessoal ao servidor. (...) Diante de tais fundamentos, neste juízo de cognição não exauriente, ante a satisfação, cumulativa e simultânea dos requisitos autorizadores, concedo a medida liminar postulada, para suspender os efeitos do art. 3º do Decreto Estadual nº 54.393/2023 em relação ao impetrante, de sorte a ser mantido o gozo da licença para trato de interesse particular a ele conferida (...), até ulterior deliberação.(...)”

Trata-se de importante decisão que reconhece a ilegalidade e imperatividade do Decreto, além do que a ausência de requisito fundamental que deve estar presente em todos os atos da Administração Pública, que é a motivação.

Essa é mais uma importante vitória do Jurídico do SINPOL, que permanece e continua à disposição de seus associados no combate às ilegalidades cometidas pela Administração Pública Estadual.

Da decisão cabe recurso.

SINPOL-PE inaugura o novo atendimento Jurídico

Pensando em mais uma ferramenta que possa contribuir e melhorar os serviços do Sindicato para toda a nossa Categoria, o SINPOL-PE inaugurou uma nova forma de atendimento do Setor Jurídico. A novidade é que esse serviço passará a ser feito, além de presencialmente, de forma online também. Com essa medida, visamos melhorar o atendimento a todos, mas principalmente para quem mora no Interior do estado.

De acordo com o Presidente do SINPOL-PE, Rafael Cavalcanti, essa opção a mais conta com uma equipe de advogados especializada para atender as demandas jurídicas e garantir os direitos dos filiados. Com o atendimento online vai ser possível acompanhar a demanda em tempo real de forma prática e segura.



Direção do SINPOL-PE, em articulação com a Alepe, apresenta indicativos de projetos que devem garantir direitos da categoria

A Direção do Sindicato dos Policiais Civis de Pernambuco (SINPOL-PE), em articulação com a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), apresentou indicativos de projetos que podem garantir direitos da categoria. A iniciativa foi do deputado Eriberto Filho.

A primeira indicação solicita que o Poder Executivo viabilize a criação de um auxílio-invalidez para os integrantes da Polícia Civil de Pernambuco, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos Reais). Este auxílio será um importante instrumento para amparar os policiais civis que diuturnamente se arriscam para promover a segurança pública.

Já a segunda, requer ao Governo de Pernambuco alterações legislativas



que possam modificar o Decreto Estadual nº 37.422, de 17 de novembro de 2011, de maneira a consolidar o entendimento de que o Curso de Formação Profissional não era considerado etapa do concurso para admissão à Polícia Civil do Estado, antes do advento da Lei Complementar nº 137/2008. Essa

mudança garantirá o aproveitamento da carga horária realizada na referida capacitação para todos os efeitos de enquadramento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) da Polícia Civil, alçando os aposentados, que não tiveram oportunidade de indicar cursos quando da implantação do PCCV, pois já não estavam mais na ativa, para o patamar salarial de 360h.

O SINPOL adianta que irá trabalhar para assegurar que as indicações resultem em projetos de Lei que configurem conquistas positivas para a categoria. “Continuaremos atuando em todas as áreas, em todas as frentes, para poder buscar os avanços para a nossa classe”, afirma o presidente do sindicato, Rafael Cavalcanti.

SINPOL-PE segue lutando pelo Sassepe diante de dívida milionária do sistema de assistência à saúde dos servidores em Pernambuco

O atual momento do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (Sassepe) vai de mal a pior. Esse processo vem se acumulando ao longo das últimas gestões do Governo do Estado, mas que deságua nessa atual gestão com mais de R\$ 250 milhões em débito com os prestadores e com os hospitais.

Esses servidores tanto os Policiais Civis como os demais do estado vem pagando o preço disso, seja com a falta de atendimento, seja aumentando a quantia que é repassada para sustentação do Sassepe, enquanto o Governo vem diminuindo a parcela dele e não vem honrando com os compromissos que assumiu de aportar financeiramente o montante para ir diminuindo o passivo do Sassepe, deixando chegar numa situação dessa e em uma hora tão delicada e quando mais se precisa muitas vezes envolvendo um risco iminente de morte.

Nós fomos surpreendidos com essa posição e agora o Governo do Estado quando fala em criar uma Comissão para discutir o Sassepe criou uma Comissão levando apenas em consideração o olhar dos credores chamando o Sindicato dos Hospitais e daqueles que tem valores a receber, mas não cria paritariamente uma que dê paridade à quantidade de servidores.



“Continuaremos exigindo que o Governo cumpra o papel dele junto do Sassepe, e com os demais servidores vamos aumentar a carga de mobilização e de pressão, seja nas bases, seja nas ruas para fazer valer o nosso direito, porque o Sassepe nós pagamos, é nosso e é para cuidar da vida do servidor para que a gente possa cuidar da vida da população pernambucana”, afirma o Presidente do SINPOL-PE Rafael Cavalcanti.

Além da farda

Comissário de polícia e escritor: a arte de conciliar duas paixões

A rotina de um policial pode ser bastante desafiadora, mas para Romero Falcão, a profissão se torna ainda mais intensa ao ser combinada com sua paixão pela escrita. Romero é um Comissário de Polícia Civil, lotado no Departamento de Repressão ao Crime Organizado (DRACO), que encontrou na literatura uma forma de escapar do estresse do trabalho e transformar suas experiências em histórias fascinantes.

“Não uso a escrita como profissão, e sim como uma maneira de expressão. Trazer ao mundo minhas visões, inquietações - sobretudo ao meu redor, que acaba ganhando palavras, linhas. Dessa forma consigo uma conciliação pacífica e terapêutica entre as duas atividades. O escritor precisa do mundo mais hostil do policial, e o

policial precisa do devaneio psíquico do escritor”, explica Romero.

O Comissário de Polícia é o autor do livro “Asas das Horas” que foi lançado em 02/03/23. A obra retrata o cotidiano, a cidade, os vícios e virtudes do Recife. De acordo com Romero, a capital de Pernambuco marca presença no livro como uma criança desamparada que pede socorro, cuidado, amor, contemplação por olhos pernambucanos. “O Recife, o rio, as ruas, as pontes, os poetas, o mangue, palafitas, a garça, a grossa ruína, a graça lembrança nas Asas das Horas! A escrita atualmente é minha maior paixão, através dela sou ave, polícia, poeta, humanamente coração”, enfatiza.

Ainda de acordo com Romero Falcão a escrita proporciona equilíbrio mental para lidar com a difícil e importantíssi-



ma função policial. Na solidão do quarto, sozinho com a folha em branco, surge a narrativa, a vontade de dizer as coisas que afligem. Explorar campos minados e ao mesmo tempo ressignificar a experiência vivida.

“Cada página de um bom livro é uma janela que se abre. Cada página que escrevo é habitar dentro e fora da grade. Por isso exerço o ofício da escrita, um exercício quase diário que me possibilita ganhar musculatura pensante”, finaliza o Policial e escritor.

SINPOL-PE realiza café da manhã em homenagem às mulheres



No Dia Internacional da Mulher, o SINPOL-PE realizou um café da manhã em homenagem às mulheres que compõem a categoria e às colaboradoras, em geral, da segurança pública do estado.

Na ocasião, foram realizadas diversas atividades referentes

à data, como símbolo de reconhecimento a todas as mulheres do Sindicato. O lugar da mulher pode ser onde ela quiser. Nesse sentido, o Dia Internacional da Mulher existe para reconhecer a força diária e a quebra de padrões que realizam todos os dias, nas mais diversas áreas, inclusive na Polícia Civil.